

# Procuradoria investiga Academia de Tênis

Luis Turiba

A Academia de Tênis de Brasília, onde mora atualmente o ministro da Administração Bresser Pereira, voltou a ser investigada pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal. A causa: invasão de área pública.

O processo que apura a invasão de 25 mil metros quadrados às margens do Lago Paranoá deve ganhar um novo tratamento no governo Cristovam Buarque.

Ontem, o presidente da Companhia Imobiliária de Brasília — Terracap, José Roberto Bassul, garantiu todo apoio aos técnicos contratados pela procuradoria para concluir as investigações.

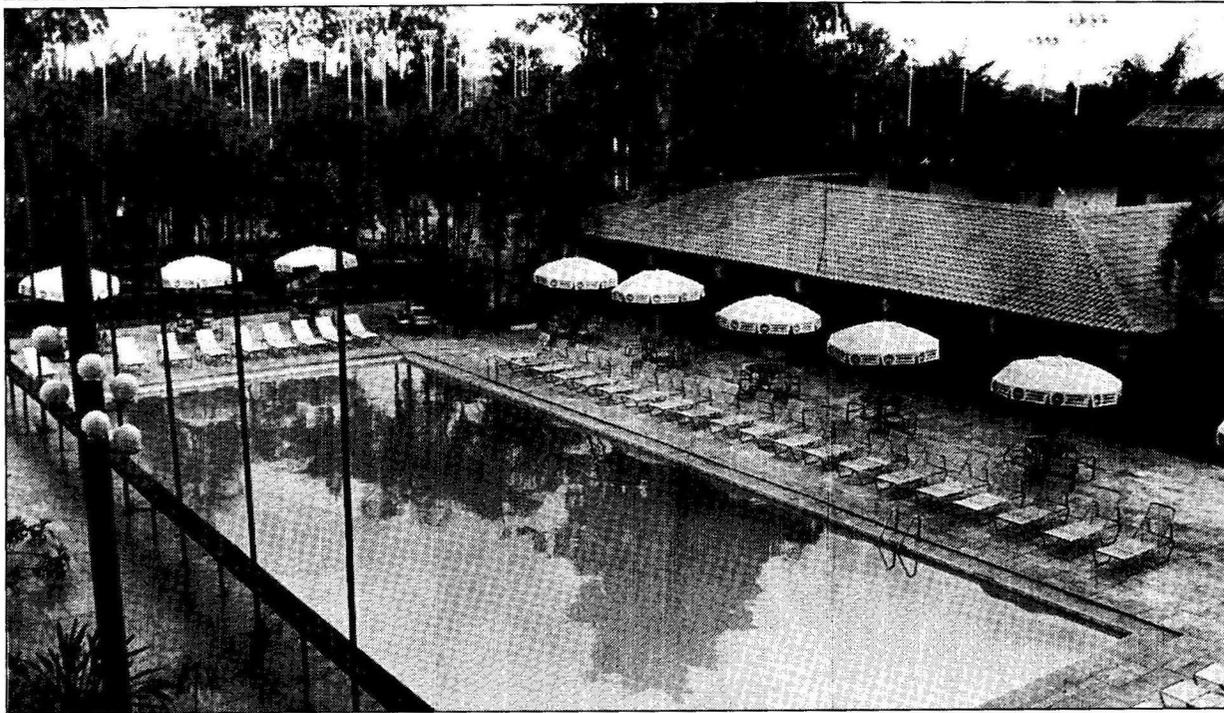
Mapas topográficos, antigos contratos, levantamentos fotográficos e até helicópteros do Serviço Integrado de Vigilância do Solo serão colocados à disposição do procurador Marcelo Alencar de Araújo, responsável pela investigação.

**Ressuscitado** — O processo sobre a invasão de área pública pela Academia de Tênis de Brasília foi iniciado em 1988 durante o governo José Aparecido.

O arquiteto Carlos Magalhães, na época secretário de Viação e Obras, chegou a embargar obras na Academia em três ocasiões diferentes.

Além disso, abriu, na 1ª Delegacia de Polícia, um processo contra

Zuleika de Souza



Com piscinas, hotel e ginásio de esportes, a Academia de Tênis teria invadido 25 mil metros quadrados de área pública

o médico José Farani, fundador e proprietário do empreendimento.

A Academia de Tênis tornou-se um local muito conhecido no governo Fernando Collor de Mello, quando recebeu entre seus hóspedes a ex-ministra da Economia Zélia Cardoso de Mello, além do porta-voz Cláudio Humberto e do compositor Juca Chaves.

Durante o governo Roriz, o processo que apurava a invasão não

foi concluído.

**Habite-se** — Ao realizar inúmeros levantamentos sobre áreas públicas invadidas, a vice-governadora Arlete Sampaio ficou intrigada com o “habite-se” de funcionamento da sede e dos alojamentos concedido à Academia no último dia 3 de janeiro, portanto já em pleno governo Cristovam.

O documento foi assinado pelo ex-administrador de Brasília, Jor-

ge Sallim Wakuim, que se baseou no decreto de lei nº 16 224, assinado por Roriz no dia 28 de dezembro de 1994 — três dias antes de passar o cargo a Cristovam.

José Farani tem dito a amigos que está tranquilo diante das investigações. Na última sexta-feira, ele mostrou o “habite-se” ao jornalista Sebastião Nery e comentou:

“Está tudo em perfeita ordem”.

## O POVO QUER SABER

*O que vai acontecer com os moradores que conseguiram lote do governo Roriz?*

Será analisado caso a caso. O governo não ignora as condições sociais da maioria dos moradores dos assentamentos. Sabemos no entanto, que nestes locais também moram pessoas que não poderiam ser classificadas como carentes. Basta para tanto, verificar algumas construções já existentes. Por outro lado, sabe-se que muitas pessoas que receberam os lotes, os transferiram para terceiros, transformando em mercadoria uma porção de terra que haviam recebido para satisfazer sua necessidade de habitação. Também se observa que as situações são muito variadas, o que obriga o governo a fazer uma análise caso a caso definindo o procedimento específico para cada um.

*Serão criados novos assentamentos?*

A tarefa prioritária do governo não é criar novos assentamentos e sim dar condições básicas de habita-

ção para os já existentes, entre elas a regulamentação da grande maioria.

*Como o governo pretende transformar os assentamentos em verdadeiras cidades?*

Colocando nesses assentamentos serviços de infra-estrutura básica (água, luz, esgoto, etc...) e elementos fundamentais para o bem-estar social, tais como: escolas, postos de saúde, praça do cidadão, que será um espaço dotado de serviços públicos e área de lazer necessários para transformar os assentamentos em cidades.

*O que deve fazer um comerciante que invadiu área pública para regulamentar sua invasão?*

O governo deverá encaminhar, o mais breve possível, projeto de lei à Assembléia Distrital regulamentando este tipo de área pública, e nesse projeto de lei estarão determinados os procedimentos legais que deverão ser observados pelos comerciantes que se encontram nessa situação.

**Voce poderá tirar todas as suas dúvidas sobre os condomínios escrevendo para o Correio Braziliense (ver endereço no expediente) ou ligando para o Serviço de Atendimento ao Leitor, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, no telefone (061) 223-8883. As respostas serão dadas por técnicos do Governo do Distrito Federal e publicadas pelo jornal.**